



Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação

ISSN: 1809-5844

ISSN: 1980-3508

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)

Brandão, Mônica Barbosa; Carniello, Monica Franchi
Profissionalização da mão de obra no jornalismo televisivo em Imperatriz-MA
Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 46, e2023107, 2023
Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)

DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442023107pt>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69876423007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Profissionalização da mão de obra no jornalismo televisivo em Imperatriz-MA

Professionalization of the workforce in television journalism in Imperatriz-MA

Profesionalización de la fuerza de trabajo en el periodismo televisivo en Imperatriz-MA

DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442023107pt>

Mônica Barbosa Brandãoⁱ

🔗 <https://orcid.org/0009-0006-1036-6980>

Monica Franchi Carnielloⁱ

🔗 <https://orcid.org/0000-0002-3107-901X>

ⁱ (Universidade de Taubaté. Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté – SP, Brasil)

Resumo

Na cidade de Imperatriz, no Maranhão, a televisão é um dos meios de comunicação com maior cobertura e possibilidade de difusão de notícias. A presente pesquisa tem o objetivo de compreender como se deu o processo de profissionalização dos profissionais no jornalismo televisivo na referida cidade. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevista em profundidade e análise de conteúdo a partir de sete categorias. Como resultados, têm-se a profissionalização empírica como principal forma de ingresso dos profissionais à prática jornalística, apesar da formação convencional de parte dos entrevistados. Ademais, como vantagens, o amor ao jornalismo e às contribuições sociais para a região. Por outro lado, a queda da obrigatoriedade do diploma, salário e mercado de trabalho atual como pontos negativos e que necessitam de discussão.

Palavras-chave: Jornalismo. Comunicação. Profissionalização.

Abstract

In the municipality of Imperatriz, in Maranhão, television is one of the media with the largest coverage and the possibility of broadcasting news. This research aims to understand how the process of professionalization of television journalism professionals took place in the city. For this purpose, a qualitative research was conducted, with data collection through in-depth interviews and content analysis from seven categories. As a result, empirical professionalization is the main form of professionals' entry into journalistic practice, despite the conventional training of the interviewees. In addition, as advantages, the love of journalism and social contributions to the region. On the other hand, the drop in the requirement of a diploma, low salary and current labor market as negatives points that need to be discussed.

Keywords: Journalism. Communication. Professionalization.

Resumen

En la ciudad de Imperatriz, en Maranhão, la televisión es uno de los medios de comunicación con mayor cobertura y posibilidad de difusión de noticias. Esta investigación tiene como objetivo comprender cómo ocurrió el proceso de profesionalización de los que trabajan como periodistas televisivos en la ciudad de Imperatriz, Maranhão. Para ello, se realizó una investigación cualitativa, con recolección de datos por medio de entrevistas en profundidad y análisis de contenido a partir de siete categorías. Consecuentemente, tenemos la profesionalización empírica como principal vía de ingreso de los profesionales al ejercicio periodístico, a pesar de la formación convencional de parte de los entrevistados. Además, la afición al periodismo y los aportes sociales a la región como ventajas y la caída en la obligatoriedad de la titulación, sueldo y mercado laboral actual como puntos negativos que requieren discusión.

Palabras clave: Periodismo. Comunicación. Profesionalización.

Introdução

A profissionalização da mão de obra no jornalismo brasileiro é fonte de debates desde o início do século XX. À época, a preocupação era relevante por conhecer-se a importância do jornalista na difusão de informações essenciais para a população (BARBOSA, 2013). Tais debates mantiveram-se ao longo do século XX, mesmo depois da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, e fortaleceram-se no século XXI, principalmente, em 2009, quando o Superior Tribunal Federal decidiu retirar a obrigação de ter-se o diploma superior para exercer as funções de jornalista (OLIVEIRA, 2009).

O cenário da relação de trabalho e jornalismo apresenta-se frágil no Brasil e, consequentemente, em Imperatriz. A cidade não tem registros locais sobre o quantitativo de profissionais no telejornalismo, de acordo com o sindicato da categoria. O índice Firjan (2015) de indústria criativa, que contabiliza a quantidade de empregos formais nos setores da economia criativa, apresenta número de empregos da categoria jornalismo que não condiz com a quantidade de empresas de mídia presentes na cidade. São 16 concessões de TV, sendo

sete com programação diária, segundo a Anatel (2018), considerando todas as categorias de teledifusão, no entanto, apenas um apresentador aparece na base de dados.

A situação se agrava por causa dos novos modelos de contratação no jornalismo, que vão desde pessoas jurídicas, em vez de físicas, e mais subcontratos, contratos temporários e demais formas que fragilizam a segurança trabalhista dos profissionais (OLIVEIRA; GROHMANN, 2015).

A base do jornalismo é a notícia e é por meio dela que o profissional deve trabalhar (LAGE, 2001). É de grande responsabilidade esta função, pois quanto mais bem informada é uma população, mais consciente dos seus direitos e deveres ela tende a ser, inclusive na busca por melhorias na qualidade de vida, podendo-se estabelecer, assim, a relação entre a comunicação e o desenvolvimento de uma região (SERENO *et al.*, 2009).

O município de Imperatriz foi escolhido neste estudo por ser o segundo maior do estado do Maranhão, segundo o IBGE (2018), e por ter televisões funcionando diretamente com base no jornalismo, fazendo a difusão de informações para toda a região que tem como sede Imperatriz. Dallabrida (2015), ao caracterizar as dimensões que influenciam no desenvolvimento de um território, apresenta o patrimônio intelectual, o patrimônio cultural e o patrimônio social como componentes de um território. Ao propagar informações jornalísticas, aguça-se o senso crítico, além de ter questões sociais e culturais diretamente ligadas aos valores-notícia.

Apresenta-se, nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa, que foi analisar como ocorreu o processo de profissionalização da mão de obra no jornalismo televisivo de Imperatriz. Para tanto, teve-se como objetivos específicos: (a) traçar o perfil sociodemográfico dos profissionais no telejornalismo em Imperatriz; (b) compreender o processo de formação formal e empírica da mão de obra; (c) identificar as potencialidades e barreiras enfrentadas pelos profissionais e (d) verificar os percursos profissionais e as perspectivas dos profissionais no telejornalismo em Imperatriz.

Profissionalização dos jornalistas no Brasil

A estrutura de mídia brasileira mudou de forma significativa, especialmente nas últimas seis décadas. Ocorreram fases diversas em torno dos processos de regulamentação e inovações tecnológicas, o que impactou no mundo do trabalho dos profissionais de comunicação. Grohmann (2016) afirma que o Brasil vive um processo de flexibilização das formas de contrato e trabalho do jornalista. É uma reorganização frente às mudanças que ocorreram no mundo do trabalho de forma nacional e global. Para compreender tais mudanças, é necessário retomar a história.

No século XIX, no Brasil colônia de Portugal, os primeiros textos escritos com o intuito de informar eram produzidos, quase sempre, de maneira informal. O jornalismo no Brasil era formado, basicamente, de profissionais de outras áreas, como letras e filosofia, que tinham apreço pela escrita e um senso crítico mais apurado (SPANNENBERG; BARROS, 2016).

No período, Barbosa (2013) também comenta, o jornalismo tinha uma função relacionada diretamente com a política, seja como aliada ou opositora. Até pela sazonalidade política

partidária, o jornalismo não era visto como uma profissão principal, e sim, como um aporte momentâneo para um aumento de renda ou oportunidade de fazer política.

Mesmo a profissão não sendo reconhecida de maneira plena na época, organizações haviam iniciado a discussão sobre a importância da profissionalização do jornalista, processo que poderia contribuir com a inserção de profissionais mais responsáveis diante das técnicas e reflexões sobre os fatores envolvidos em uma notícia. Tais características seriam abordadas pelo estudo de disciplinas das áreas de Ciências Humanas e Sociais, presentes no curso superior de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo.

De acordo com Oliveira (2009), a Associação Brasileira de Imprensa, constituída em 1908, desde o início do século XX, defendia a profissionalização como forma de aumentar a responsabilidade na produção da notícia. Tal profissionalização, de acordo com a autora, deveria ocorrer por meio de formação teórica e prática.

Spannenberg e Barros (2016) reforçam que, entre os séculos XIX e XX, com as mudanças de regime político, de monarquia para república, o jornalismo deixou de ter um caráter apenas artesanal.

O jornalismo passou a ser uma iniciativa empresarial de grande porte que, para sobrevivência mercadológica, exigia altos investimentos. O caráter opinativo, cultivado desde o surgimento para fidelização política e ideológica do leitor começou a ceder lugar ao viés informativo que é cultivado ainda hoje (SPANNENBERG; BARROS, 2016, p. 3).

Para Prado (2005), a difusão da TV no Brasil, a partir de 1950 até o fim da década de 1960, tornou o trabalho do jornalista mais notado, pelo fato da notoriedade que chegou com a televisão nos primeiros telejornais. Segundo Paternostro (2006), mesmo sendo um aparelho caro, a TV começou a se popularizar no período. Os grandes empresários, detentores das emissoras, compravam TVs e instalavam em pontos estratégicos das principais cidades, tornando os telejornais mais vistos pelo público em geral.

Prado (2005) ainda afirma que, nos primeiros anos, os telejornais eram feitos, principalmente, por radialistas que conseguiam uma oportunidade na televisão, graças à experiência em radiojornais, independentemente de formação técnica ou intelectual para tanto. Porém, a partir do fim da década de 1960, passou-se a ter uma maior expectativa de qualidade dos profissionais de telejornais. Os programas passaram a incluir entrevistas na programação, o que exigia mais preparo intelectual.

Em 1969, o diploma começou a ser exigido como requisito para o profissional de jornalismo do Brasil. “Com o decreto-lei 972/69, baixado durante o regime militar, a atividade passou a ter requerimentos de formação profissional delimitados pelo Estado, com base em uma credencial acadêmica” (OLIVEIRA, 2009, p. 1). Para Melo (2013, p. 17), os primeiros anos da exigência do diploma começaram a ditar um padrão profissional. “A industrialização

da imprensa e a transformação do jornalismo em ofício que assume feição multimídia, exigindo dos seus praticantes uma formação especializada”.

De acordo com Alves (2016, p. 2), o decreto de obrigatoriedade do diploma foi necessário para pressionar as empresas a investirem na qualidade profissional e, consequentemente, impactando nas melhorias da produção de notícias. “Através de um viés moralizante, as instituições passaram a reivindicar ao jornalismo os discursos éticos e profissionais, pois era comum a existência de jornalistas semianalfabetos, e patrões que não honravam o pagamento do salário”.

Com a necessidade de estabelecer-se a contratação com o critério do diploma, o mercado de trabalho no jornalismo brasileiro iniciou uma disputa em torno da palavra profissional. Era uma luta simbólica e colocava entre dois lados aqueles que tinham estudado jornalismo e, de outro, os considerados profissionais pela prática, do dia a dia, na produção da notícia (ALVES, 2016).

A obrigatoriedade durou 40 anos. Em 2009, porém, os Ministros do Superior Tribunal Federal (STF) decidiram pôr fim à obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista (OLIVEIRA, 2009). Alves (2016, p. 4) resume os fatos e ordenamentos dos documentos legais que influenciaram na decisão do STF.

O viés constitucional que envolve as discussões acerca da obrigatoriedade do diploma superior para o exercício do jornalismo no Brasil está presente desde sua origem. Este tivera início quando o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública – originada dos procedimentos administrativos nº 1.34.001.002285/2001-69 e nº 1.34.001.001683/2001-68 – com pedido de tutela antecipada, em face da União, na qual defendeu a não recepção, pela Constituição de 1988 (art. 5º, IX e XIII, e art. 220, caput e § 1º), do art. 4º, inciso V, do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. Em junho de 2009, por maioria dos votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que o artigo 4º, inciso V, do Decreto-Lei 972/1969, não recepcionado pela Constituição de 1988. Mesmo tendo se passado 40 anos de existência, sendo 21 anos da atual carta constitucional brasileira. Segundo o STF, este decreto, criado durante a Ditadura Militar, fere a liberdade de imprensa e contraria o direito à livre manifestação do pensamento.

Com a decisão do Superior Tribunal Federal, o Ministério do Trabalho foi orientado a suspender fiscalizações em torno do diploma para o exercício da função de jornalista. O Ministério do Trabalho precisou anular os autos de infração lavrados, até aquela data, que regulassem cobranças em torno da obrigatoriedade de diploma para produção de notícias como jornalista (ALVES, 2016).

Oliveira e Grohmann (2015) afirmam que a queda na obrigatoriedade da formação superior na área específica abriu possibilidades de subempregos dentro da comunicação. Para sobreviver no mercado, o profissional aceita até perder direitos trabalhistas.

Por meio da flexibilização crescente das condições de uso e mobilização da força produtiva, o número de jornalistas submetidos a diversificadas relações contratuais de trabalho subiu. Terceirização, contratos de trabalho por tempo determinado, contrato de pessoa jurídica (PJ), cooperados e *freelancers* são figuras recorrentes no mercado profissional (OLIVEIRA; GROHMANN, 2015, p. 124, grifo do autor).

As empresas de comunicação digital “Comunique-se” e “Apex”, especializadas em conteúdo estratégico para o mercado de trabalho, realizam pesquisas sobre a definição do perfil do jornalista brasileiro. Os dados divulgados em 2018 vão ao encontro da teoria apresentada por Oliveira e Grohmann (2015). A pesquisa foi divulgada no e-book *O perfil do jornalista brasileiro* (2018).

De acordo com a pesquisa, realizada com 26 mil jornalistas de todos os estados brasileiros, o número de jornalistas com contrato de Pessoa Jurídica (PJ) representa 15,8% do total, os *freelancers* são 7,9% e os autônomos 7,5%. Nesse universo pesquisado, os contratos formais (com registro em carteira de trabalho) são 36,5%. De modo geral, somando-se as novas formas de contrato apresentadas, têm-se 31,2% dos profissionais, total quase igual ao dos que mantêm contratos formais.

A pesquisa também revela o desafio em torno da baixa remuneração dos jornalistas, independentemente, do veículo de comunicação em que trabalhem. De acordo com os dados divulgados, quase metade dos jornalistas brasileiros (45, 1%) ganham até 3 mil reais por mês, ou seja, menos de 3 salários-mínimos considerando o valor praticado em 2019, R\$ 1006,00.

O Código de Ética dos Jornalistas do Brasil, frente às mudanças no mercado de trabalho nas últimas décadas, apresenta critérios para que os abusos diante da profissão sejam vetados. O código proíbe, por exemplo, que o profissional aceite salários abaixo do piso da categoria.

Art. 10 – O jornalista não pode:

- Aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com tabela fixada pela sua entidade de classe;
- Submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação;
- Frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate;
- Concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual;
- Exercer cobertura jornalística pelo órgão em que trabalha, em instituições públicas e privadas onde seja funcionário, assessor ou empregado. Da Responsabilidade

Profissional do Jornalista (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS NO BRASIL, 2019, grifo nosso).

Ao analisar o perfil dos jornalistas diante das novas formas de contratação e trabalho, têm-se informações sobre o mercado do telejornalismo, em Imperatriz. Os dados são divulgados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que coleta e divulga indicadores sobre trabalho de cidades de todo o Brasil, baseado nos índices do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Governo Federal.

Para analisar os números, é preciso entender que Imperatriz tem sete emissoras de televisão em funcionamento, segundo a Anatel (2019). As funções diretamente apresentadas como de atuação no telejornalismo estão nos segmentos audiovisual e editorial, dentro do viés de indústria criativa (FIRJAN, 2019).

Nos Quadros 1 e 2, construídos a partir dos dados da FIRJAN, estão relacionadas as funções, números oficiais e profissionais e remuneração média.

Quadro 1 – Funções do telejornalismo – segmento Audiovisual

Função	Trabalhadores formalizados	Remuneração média
Diretor de programa de televisão	01	R\$ 1.801,62
Editor de TV e vídeo	12	R\$ 1.683,65
Locutor de rádio e TV	27	R\$ 1.783,23
Produtor de televisão	03	R\$ 1.702,58
Repórter de rádio e televisão	06	R\$ 2.396,76

Fonte: adaptado de Firjan (2019).

Quadro 2 – Funções do telejornalismo – segmento Editorial

Função	Trabalhadores formalizados	Remuneração média
Diretor de redação	01	R\$ 4.530,32
Editor de texto e imagem	05	R\$ 1.425,54
Jornalista	09	R\$ 2.208,50

Fonte: adaptado de Firjan (2019).

Ao analisar os indicadores e pensar na realidade de funcionamento de sete emissoras de televisão com programação diária, os números de profissionais não são suficientes. Característica esta que coloca Imperatriz no grupo semelhante às informações da pesquisa O

perfil do jornalista brasileiro (2018), com a apresentação das formas flexibilizadas de relações de trabalho, diante da profissão e das funções relacionadas ao telejornalismo.

Grohmann (2016) afirma que essa tendência começou a se caracterizar no Brasil a partir da década de 1990, com o enxugamento das redações, ditas como tradicionais, e a diversificação das formas relacionais de trabalho. O autor explica que, inicialmente, vendeu-se a ideia de “liberdade” para o trabalhador, que poderia empreender ou ter várias formas de trabalho na profissão, porém, essa “liberdade”, por muitas vezes é forçada pelas imposições dos donos das concessões.

Essas mudanças no mercado de trabalho trazem a preocupação com a qualidade da produção das notícias. Wolf (2009) define que o processo de produção jornalístico é sistematizado e precisa ser pensado para a transformação da informação em notícia na indústria jornalística. O processo é chamado de *newsmaking*.

Os dados são recolhidos pelo investigador presente no ambiente que é objeto de estudo, quer pela observação sistemática de tudo o que aí acontece, quer através de conversas, mais ou menos informais e ocasionais, ou verdadeiras entrevistas com as pessoas que põem em prática os processos produtivos (WOLF, 2009, p. 191).

De tal forma, o jornalista precisa de espaço e capacidade produtiva para realizar a produção de notícias com a responsabilidade adequada, sabendo-se que uma informação divulgada vai influenciar na formação da opinião de comunidades inteiras, por isso, no *newsmaking* o valor-notícia do interesse público é levado em consideração.

Traquina (2005) defende ainda que o *newsmaking* ocorre a partir do processo de percepção, seleção e transformação dos acontecimentos em notícia, que é o produto que o trabalho do jornalista oferece ao público. Portanto, no caso da TV, o profissional ajuda a desenhar a realidade que é divulgada por meio das emissoras.

Ao estudar detalhes e análise dos critérios éticos, técnicos e conceituais do fazer jornalístico, o jornalista que passa pela formação formal tem a possibilidade de aprender sobre os conteúdos, ainda na faculdade para, em seguida, empregá-los na prática, enquanto os demais aprendem no dia a dia, geralmente, com base dos critérios apresentados pelas empresas de comunicação, o que pode envolver preferências políticas ou comerciais, e, assim, excluem pontos de vista importantes para a produção noticiosa.

Ao fazer uma análise diante do atual mercado de trabalho, desperta-se a preocupação de quem é o profissional jornalista. Miranda (2018) relata mudanças nas redações, ambiente onde parte do *newsmaking* ocorre. Com a popularização das redes sociais e aplicativos de mensagens, a informação chega cada vez mais rápido ao profissional e, ao mesmo tempo, ao público.

Esses novos ambientes a que nos acostumamos a conviver estão estruturados no ciberespaço, na internet. Nesse local a informação é móvel, não tem território

específico, não só veículos de comunicação trabalham a notícia, mas o público também tem a liberdade de noticiar, divulgar. Assim, novos nichos de mercado e de interesse são encontrados (MIRANDA, 2018, p. 6).

Dessa forma, a redação tradicional, aquela em que cada profissional ocupa uma única função pré-determinada, tem menos espaço nos moldes atuais de *newsmaking*. Um único profissional, com acesso à internet, consegue realizar apurações e produções antes feitas por grandes grupos de trabalhadores. “No meio disso, as mudanças tecnológicas, principalmente a partir dos dispositivos móveis, propiciam uma maior facilidade na produção de material jornalístico” (GROHMANN, 2016, p. 3).

Apesar da forte influência tecnológica nos novos cenários do mercado de trabalho do jornalista, o autor reflete que essa não foi a única causa de tantas mudanças no processo de produção da notícia, nas últimas décadas.

Método

O método adotado na pesquisa se caracteriza como exploratório, de abordagem qualitativa. O *locus* de estudo é o município de Imperatriz. De acordo com o IBGE (2018), o município tem uma população estimada de 258.016 habitantes e é banhado pelo rio Tocantins, o segundo maior brasileiro entre os que têm a nascente e foz em território nacional. Imperatriz tem ainda a segunda maior economia do estado do Maranhão e ocupa a posição 101 em comparação entre os 5570 municípios brasileiros. O IBGE (2018) destaca também que o município é o principal em economia e prestação de serviços, na microrregião de Imperatriz que possui 16 municípios e é conhecida, popularmente, como Região Tocantina.

A população de interesse para a pesquisa é composta por profissionais atuantes no jornalismo televisivo e que atuam como produtores e selecionadores da notícia (OLIVEIRA; GROHMANN, 2015). Foram selecionados 24 profissionais, dos quais, 12 atuam no telejornalismo de Imperatriz-MA desde antes de 2008 e outro grupo que iniciou a carreira após 2008. O marco do ano de 2008 se justifica pelo início do funcionamento do curso de jornalismo na cidade, ofertado por uma universidade pública. A amostra foi definida por saturação, conforme Falqueto e Farias (2016), que explicam que o ponto de saturação teórica em pesquisas sociais como esta costuma ser atingido na 12ª entrevista, pois tem-se um número relevante de informações para a realização de análises.

A coleta de dados ocorreu por meio do instrumento de formulário de entrevista, com 17 perguntas, entre fechadas, semiabertas e abertas, por entrevista em profundidade (DUARTE; BARROS, 2006). O projeto foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa e seguiu as diretrizes da resolução CNS n.510/2016.

A análise dos dados foi por análise de conteúdo, baseada em Bardin (1977) e Franco (2005), com categorias e subcategorias de análise. Apresentam-se as categorias:

Quadro 3 – Análise dos dados

Perfil sociodemográfico de profissionais	Gênero, idade, origem, escolaridade tempo de trabalho.
Início da carreira	Como começou o trabalho, como aprendeu a prática jornalística.
Funções desempenhadas no trabalho	Descrição da rotina, se as funções estão ou não, descritas no contrato de trabalho, se faz, ou não, acúmulo de função.
Renda de profissionais	Apresentação da faixa de renda e se há considera justa e suficiente. Se realiza algum trabalho para complementar a renda, se sim, qual a atividade.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Resultados e discussão

Inicia-se a apresentação dos resultados com o perfil dos profissionais que participaram da pesquisa. Entre os profissionais que iniciaram a carreira antes de 2008, observa-se a formação empírica, sem formação superior regular, como relato da maioria entrevistados. Tal característica faz-se lembrar sobre o processo de formação da mídia brasileira, ainda no século XIX e início do século XX, relatado por Barbosa (2013), em que a produção da notícia, em muitos casos, seguia a sazonalidade da política, e utilizava a mão de obra de atores sociais que entendiam ou faziam parte do processo. De modo geral, iniciava-se no jornalismo como um complemento de renda ou uma oportunidade de trabalho, mesmo que não houvesse formação para tal.

Sabendo-se que a TV passou a funcionar em Imperatriz da década de 1980, a formação da mão de obra do telejornalismo, na cidade, viveu o processo parecido ao descrito por Barbosa (2013), especialmente, entre os profissionais que começaram a carreira antes de 2008.

Spannenberg e Barros (2016) afirmam que, no início do processo da formação da mão de obra no jornalismo brasileiro, muitos profissionais migravam de outras áreas para atuar na produção de notícia. Processo parecido também se observa ao refletir-se sobre o perfil sociodemográfico dos resultados da presente pesquisa.

Observa-se entre os profissionais que iniciaram o trabalho antes de 2008 que, mais do que formação em Comunicação social – Jornalismo, a maioria apresenta-se sem formação superior para o trabalho na área, ou seja, com formação empírica, ou formação superior em áreas ligadas às Ciências Humanas e Sociais, como Teologia, Direito e Pedagogia. Assim, o grupo de profissionais não teve acesso ao incentivo teórico do desenvolvimento de competências cognitivas e reflexivas para a construção da relação entre a sociedade, a notícia e a ética profissional. “A gente aprendeu no dia a dia. Por exemplo, como a gente não tinha uma formação, uma graduação na área” (ENTREVISTADO 5).

Por outro lado, ao apresentar-se o perfil sociodemográfico dos profissionais que iniciaram a carreira após 2008, tem-se uma diferença acentuada ao analisar-se o critério de formação. Entre os 12 profissionais que compõem a amostra “pós 2008”, 10 são formados em Comunicação Social – Jornalismo. “Comecei a estagiar dentro do laboratório de telejornalismo, então, foi aí que eu comecei a gostar e a ter essa prática. Aí eu consegui o meu primeiro estágio remunerado, na TV” (ENTREVISTADO 9). Observa-se que tais profissionais iniciaram a carreira no período do auge da discussão sobre a obrigatoriedade do diploma de nível superior para o exercício do jornalismo e, mesmo assim, concluíram a formação. É importante lembrar que o Superior Tribunal Federal findou a obrigatoriedade do diploma para a função de jornalista no ano de 2009. A ordem fez que se findassem as fiscalizações e autos de infração às empresas que contratavam mão de obra sem formação devida para as funções, como resumiu (ALVES, 2016).

Melo (2013), entretanto, afirma que nos anos em que vigorou a obrigatoriedade do diploma de jornalismo, foi criado um perfil de produção que definia muito sobre o que era qualidade, ou a falta dela, nas produções; e denomina de *industrialização da notícia* o processo da formação dos perfis de produção. A assertiva pode ser uma das explicações para que, mesmo com a queda da obrigatoriedade, os profissionais, em Imperatriz, tenham se mantido em busca da formação formal.

Ao analisar-se o início da carreira entre os dois grupos apresentados na amostra da pesquisa, percebem-se diferenças marcantes entre os profissionais mais antigos e os que iniciaram o trabalho após 2008.

Analisando-se as respostas dos entrevistados do grupo que iniciou a carreira antes de 2008, tem-se a migração do rádio para a televisão e experiências práticas como principais aspectos que definem o início da formação. Prado (2005) explica que, pelo fato da popularização do rádio no Brasil no século XX, a linguagem e o perfil dos profissionais foram pautados pela cultura do rádio, no período de fortalecimento das televisões como veículos de notícia pelo país. Assim, com a necessidade de se ter repórteres e apresentadores de TV e a falta de profissionais com a capacitação para tal, tinha-se o rádio como fonte de trabalhadores.

No rádio a gente veio para o entretenimento e mais tarde a gente começou a migrar para o jornalismo com transmissões de carnaval, transmissão de campeonatos esportivos, e aí a gente foi focando. E aí, já em 97 a gente chega na televisão com a missão de apresentar um dos maiores programas da casa (ENTREVISTADO 8).

Apesar da migração entre veículos, apresentada como forte característica do início da carreira entre os profissionais ingressantes na TV antes de 2008, a maioria cita que estudar foi necessário para manter-se na televisão, mesmo que, na maioria dos casos, não tenha sido o curso superior convencional. Essa é uma característica apresentada por Melo (2013) e que fez parte do processo da formação da mão de obra no telejornalismo brasileiro, especialmente, nas

décadas de 1960 e 1970. Na época, os cursos de jornalismo eram uma reivindicação de parte dos profissionais e começavam a se fortalecer. O autor relembra que, quanto mais se buscava a profissionalização formal, mais se empregava um padrão que, para ser alcançado, precisava de preparação teórica também, mesmo que não fosse o curso superior.

Diferentemente do grupo antes de 2008, os profissionais que iniciaram depois, no geral, não passaram pela migração do rádio para a TV, efetivamente. A maioria começou a trabalhar como um complemento do ensino superior, por meio de estágio ou busca por prática como diferencial para entrada no mercado.

Beltrão (2016) apresenta a característica de conciliação entre teoria e prática como importante para o processo de formação e início de carreira. O autor afirma, por exemplo, que, na época em que se discutia a formalização dos cursos de jornalismo, a defesa era que a teoria e a prática proporcionariam uma formação mais completa aos profissionais, diante, principalmente, das dinâmicas sociais apresentadas na profissão. Os entrevistados do grupo pós 2008 concordam. Apenas a teoria estudada na faculdade não prepara para o mercado de trabalho.

Grohmann (2016, p. 7) diz ainda que “as mudanças no perfil profissional ou nas práticas jornalísticas não são algo que decorre somente dos últimos anos”. Ou seja, a prática direta com o mercado é fundamental para o início da carreira e sua futura consolidação, como defendido pelas diretrizes nacionais, sabendo-se que o jornalismo é um mercado em constante transformação.

Na análise das respostas sobre as funções desempenhadas no trabalho, tem-se uma grande semelhança entre as respostas e reflexões apresentadas tanto pelos profissionais mais antigos, que iniciaram a carreira antes de 2008, quanto os mais jovens, que começaram o trabalho na TV após 2008. Em ambos os casos, os entrevistados afirmam ser multifuncionais no processo de produção de notícia.

Hoje nós temos 10 pessoas para produzir conteúdo para todos esses telejornais. Então, assim, você, efetivamente, precisa fazer tudo. Você não pode sentar aqui na cadeira e dizer assim: beleza, vamos lá, gente! Você tem que estar participando do processo. Aí você é produtor, você é motorista... eu já dirigi para as pessoas fazerem matéria. Você é o que precisa ser para o conteúdo estar no ar (ENTREVISTADO 5).

O processo sentido pelos profissionais, em Imperatriz, também é presente no restante do país, conforme explicam Oliveira e Grohmann (2015, p. 123):

A profissão de jornalista tem apresentado significativas mudanças nas últimas duas décadas devido à introdução de novas tecnologias e ao redesenho da organização produtiva ocorrida no mundo do trabalho, mudanças que estão associadas, em nível mais amplo, ao processo de reestruturação macroeconômica.

O desemprego no país, a situação econômica global e as legislações vigentes impactaram nas mudanças da concepção de funções no jornalismo. Alves (2016) lembra que, com a queda da obrigatoriedade do diploma de ensino superior para exercício das funções no jornalismo, diminuíram também as possibilidades de fiscalizações trabalhistas nas redações. Assim, o mercado flexibilizou-se ainda mais.

Apresentando-se a análise entre os 24 entrevistados dos dois grupos quanto à renda obtida com o telejornalismo, todos revelaram que tem salários entre R\$ 999,00 e R\$ 9.998,00. De forma exata, seis profissionais informaram que recebem de salário mensal, com o telejornalismo, entre R\$ 999,00 e R\$ 1.998,00. Maioria dos entrevistados informou um valor intermediário. De R\$ 1.999,00 a R\$ 4.990,00 foi a resposta de 17 participantes da pesquisa. Apenas um profissional informou que ganha entre R\$ 4.991,00 e R\$ 9.998,00 como salário. Importante informar que este foi o único entrevistado a afirmar que está totalmente satisfeito com a remuneração.

Para entender o nível de satisfação, é importante comparar os valores ao piso salarial informado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2019). Segundo a federação, no estado do Maranhão, o piso é de R\$ 2.725,00. Assim, é possível afirmar que mais da metade dos profissionais entrevistados ganha abaixo do piso ou está no limiar dele. Entre cidades e regiões brasileiras, a Fenaj (2019) apresenta uma variação de pisos salariais entre R\$1.388,00, em cidades do interior de Pernambuco como o mais baixo, e o valor de R\$ 3.631,16, em Londrina, Paraná, como o mais alto piso salarial do país.

Outro dado a ser comparado é a média salarial apresentada para jornalistas, em Imperatriz, pelo indicador Firjan (2019): diretor de programa de TV, salário médio de R\$ 1.801,62; produtor de televisão, R\$ 1.702,58 e repórter de televisão ou rádio, com salário médio de R\$ 2.396,76. Ou seja, todos os valores de salários médios para as funções apresentadas no indicador Firjan (2019) apresentam-se abaixo do piso salarial estipulado para a categoria, no estado do Maranhão.

O Código de ética dos jornalistas no Brasil (2019,) em seu artigo 10, deixa explícito que o jornalista não deve aceitar remuneração em desacordo com o piso salarial definido pelas entidades de classe. Porém, como alerta Grohmann (2016), o mundo do trabalho no jornalismo vive uma fase de enxugamento e contenção de gastos nas redações e, por isso, o profissional acaba se submetendo a aceitar trabalhos com salários abaixo do piso.

Considerações finais

O processo de profissionalização do jornalista no Brasil passou por entraves que deixaram um legado de desafios para a categoria profissional. Entre eles, estão os processos empíricos do aprendizado da prática jornalística, as contratações flexibilizadas e a desvalorização da profissão no quesito salário.

A mídia brasileira passou por fases de empenho dos profissionais na intenção de fortalecer a profissão, incentivar a formalização por meio do curso superior e garantir melhores condições de trabalho e remuneração. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, prevê o respeito ao processo de produção de notícia e ao profissional, como forma de garantir que a população tenha acesso à informação apurada, com responsabilidade.

Porém, mesmo com a regulamentação nacional vigente, os profissionais e a profissão de jornalista encontram-se em um momento de fragilidade, especialmente, após 2009, quando o Supremo Tribunal Federal derrubou a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo.

O mercado de trabalho foi impactado com as formas flexíveis de contratação que incluem a terceirização, por exemplo, e, em Imperatriz, a realidade de instabilidade profissional está presente. A mão de obra do telejornalismo local, principalmente entre os profissionais que iniciaram a carreira antes de 2008, é formada por pessoas que iniciaram o trabalho na TV antes de qualquer tipo de formação superior. A palavra “prática” está presente nos depoimentos como forma de definir como o profissional aprendeu a produzir notícias, ou seja, com foco em técnicas, principalmente, de apresentação de notícias e sem o desenvolvimento das habilidades e competências de reflexão e ética profissional.

Entre os mais jovens, que iniciaram a carreira após 2008, a formação superior em Jornalismo é tida como o ponto inicial para o ingresso ao mercado de trabalho da maioria. Mesmo assim, esses profissionais, em sua maioria, creditam ao mercado grande parte dos aprendizados que tiveram para o trabalho efetivo, o que indica que, na percepção dos entrevistados, a formação tradicional apenas na faculdade não foi suficiente para o processo de profissionalização da mão de obra do jornalismo televisivo, em Imperatriz, no Maranhão, mesmo entre os que tiveram acesso a ela.

A influência do jornalismo na vida dos cidadãos, apesar das dificuldades dos profissionais, é citada por todos, os mais jovens e os mais experientes, como uma das vantagens da profissão e, ao mesmo tempo, como preocupação, visto que Imperatriz é a cidade central de uma região que comporta 16 municípios. A televisão e a internet são vistas pelos profissionais como aliadas no processo de produção de notícias, a fim de proporcionar ao espectador mais elementos para formação intelectual, crítica, social e cultural, fatores que impactam diretamente no desenvolvimento da região.

Referências

ALVES, M. O Diploma de Jornalismo no Acórdão do STF e as Articulações pelo Retorno da Profissão Regulamentada. In: INTERCOM - CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXVIII., 2015, Rio de Janeiro. *Anais* [...], 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1101-1.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2019.

ANATEL – **Agência Nacional de Telecomunicações** – Disponível em: <<https://sistemas.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp>>. Acesso em: 3 mai. de 2018.

BARBOSA, M. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 70. ed. França: Presses Universitaires de France., 1977

BELTRÃO, L. **Os programas das escolas Brasileiras de Comunicação**: Como e onde devem preparar-se os comunicadores rurais. In: MELO, José Marques de. Estrutura Curricular dos Cursos de jornalismo no Brasil. In: MELO, José Marque de; SANTOS, Marli dos (Org.). Mutações na comunicação: ampliando as fronteiras do jornalismo . São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2016. cap. XVII, p. 439 - 460. v. 9.

COMUNIQUE-SE; APEX (Brasil). **O perfil do jornalista brasileiro**. 2018. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <http://apexconteudo.com.br/o-perfil-do-jornalista-brasileiro-em-2018/>. Acesso em: 2 jun. 2019.

DALLABRIDA, V. R. Territory planning and management: the theory debate in Brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on territorial governance. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté - SP, n. 4, p. 51-77, dez. 2015. Disponível em: <http://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/2031/486>. Acesso em: 02 fev. 2019.

DUARTE, J; BARROS, A. (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FALQUETO, J.; FARIAS, J. Saturação Teórica em Pesquisas Qualitativas: Relato de uma Experiência de Aplicação em Estudo na área de Administração. **Atlas Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/1001/977>. Acesso em: 19 fev. 2019.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Firjan - indústria criativa**. 2015. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FRANCO, M. L. P. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber, 2005.

GROHMANN, R. O trabalho do jornalista a partir dos processos comunicacionais e produtivos: dimensões teóricas em cenário de flexibilização e tensionamentos identitários. **Estudos em Jornalismo e Média**. v. 13, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2016v13n1p6>. Acesso em: 31 mai. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades – Imperatriz**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. [S.l.]: Insular, 2001. 107 p. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Ideologia_comp_.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MELO, J. M. Perfil do jornalista profissional em são Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma. **MATRIZES**, São Paulo, ano 7, n. 1, p. 95-106, 2013.

MIRANDA, M. D. A. Os telejornalistas e o aplicativo Whats App na rotina produtiva das redações. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 2018, Curitiba - PR. **Anais** [...]. Joinville - SC: [s. n.], 2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0189-1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

OLIVEIRA, M. R. de. A Profissionalização do Jornalista via Ensino: Argumentos Mobilizados em Defesa da Formação Escolar Específica. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. 04 a 07 de setembro de 2009. Curitiba – PR.

OLIVEIRA, M. R. de; GROHMANN, R. O jornalista empreendedor: uma reflexão inicial sobre jornalismo, flexibilização do trabalho e os sentidos do empreendedorismo no campo profissional. **Líbero**, São Paulo, 2015.

- PATERNOSTRO, V. Í. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- PRADO, F. **O ponto eletrônico**. 3. ed. São Paulo: Editora Limiar, 2005.
- SPANNENBERG, A. C. M; BARROS, C. V. B. Do impresso ao digital: a história do Jornal do Brasil. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 1, p. 230 - 250, 2016.
- SERENO, S. E. A. et al. **Implantação da TV Digital Regional sob a óptica da inovação tecnológica**. Taubaté: Programa de Mestrado Em Gestão e Desenvolvimento Regional/ UNITAU, 2009. 153 p. v. 3.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Sobre as autoras

Mônica Barbosa Brandão

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (UFMA). Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional (UNITAU). Gestora de empresas de comunicação, jornalista e professora universitária. E-mail: monicabrandao.tv@gmail.com.

Monica Franchi Carniello

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda (PUCCAMP). Especialista em Marketing (University of California). Mestre em Comunicação e Letras (MACKENZIE). Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Pós-doutorado em Comunicação (UMESP). Pós-doutorado (Universidade do Minho). Professora da Universidade de Taubaté (UNITAU) e da Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba (FATEC). E-mail: monicafcarniello@gmail.com.

Contribuição das autoras

Brandão, M. B.: conceituação, metodologia, curadoria de dados, análise formal, escrita – rascunho original, escrita – revisão e edição; Carniello, M. F.: conceituação, metodologia, análise formal, escrita – revisão e edição.

Disponibilidade de dados

Os dados que apoiam os resultados deste estudo estão disponíveis mediante solicitação às autoras.

Conflito de interesse

As autoras declaram que não há conflito de interesse.

Dados editoriais

Recebido em: 04/05/2020

Aprovado em: 03/04/2023

Editora responsável: Maria Ataíde Malcher

Assistente editorial: Weverton Raiol

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY)**. Os autores retêm todos os direitos autorais, transferindo para a Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação o direito de realizar a publicação original e mantê-la sempre atualizada.

